

DIDÁTICA DA FILOSOFIA NO BRASIL: HISTÓRIA E PERSPECTIVAS EM FOCO

PHILOSOPHY DIDACTICS IN BRAZIL: HISTORY AND PERSPECTIVES IN FOCUS

*Elisete Medianeira Tomazetti*¹

Resumo:

As ideias que compõem o presente artigo foram apresentadas, por sua autora, no *VII Encontro do GT ANPOF - Filosofar e Ensinar a Filosofar*, realizado no mês de agosto de 2023, na Universidade Federal de Santa Maria, na mesa temática *Ensino de Filosofia e Didática da Filosofia: aproximações e distanciamentos*. Dela também fizeram parte a professora Laura Agratti, da Universidade de Mar del Plata, Argentina, e o professor Geraldo Balduino Horn, da Universidade Federal do Paraná, (por vídeo conferência). Assim, este artigo analisa a didática da filosofia como saber e como disciplina e dá destaque para algumas condições que permitiram a emergência de certas relações entre Filosofia e Ensino, bem como entre Filosofia e Didática (Geral e da Filosofia), em momentos específicos da história educacional brasileira. Os estudos da professora Laura Agratti (2008a; 2008b), dedicados a identificar e a problematizar as mudanças ocorridas nos modos de conceber a formação de professores de filosofia na Argentina, a partir do século XX, foram fonte de inspiração para as ideias aqui apresentadas. Portanto, como um resultado, ainda parcial de nossa investigação, no presente artigo são apresentadas e problematizadas, na seção final, as três orientações que sustentaram e vem sustentando a formação de professores e professoras de filosofia para o ensino médio, no Brasil. São elas: *orientação didatista, orientação filosófico-didática e orientação de fundamento*, também denominada – filosofia do ensino de filosofia.

Palavras-chave: Ensino de Filosofia; Didática da Filosofia; Licenciatura em Filosofia; Orientações Formativas.

Abstract:

The ideas that compose the following article were presented, by its author, in the *VII Meeting of the Work Group: ANPOF - Philosophize and teach to philosophize*, realized in august 2023, in Santa Maria Federal University, in the thematic board: *Philosophy Teaching and Didactics' of Philosophy: proximations and estrangements*. Also took place in these board the professor Laura Agratti, from Mar del Plata University, Argentina and the professor Geraldo Balduino Horn, from Paraná Federal University, (by videoconference). Thereby, this article analyses the didactic of philosophy as knowledge and as subject, also highlighting some conditions that allowed the emergence of certain relations between Philosophy and Teaching, as well as between Philosophy and Didactics (General and Philosophical), in specific moments of Brazilian educational history. The studies from the professor Laura Agratti (2008a; 2008b), dedicated to identify and problematize the changes that occur in the ways of conceive the formation of philosophy teachers in Argentina, from the XX century, were the inspiration source for the ideas here presented. Therefore, as a partial result from our investigation, we present and problematize in the final section of the article three orientations the has been sustaining the philosophy teacher's formation for high school in Brazil. Are they: *didactics orientation, philosophical didactic orientation and the fundamental orientation*, also known as – Philosophy of the Philosophy Teaching.

Keywords: Philosophy Teaching; Didactics of Philosophy; Philosophy Graduation Course; Formative Orientation.

¹ Professora do Curso de Filosofia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: elisetem2@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3942924352722374>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4979-7415>.

Introdução

Quando da realização do VII Encontro do GT ANPOF - *Filosofar e Ensinar a Filosofar*, realizado na última semana do mês de agosto de 2023, na Universidade Federal de Santa Maria, uma das mesas temáticas recebeu o título *Ensino de Filosofia e Didática da Filosofia: aproximações e distanciamentos*, da qual participei juntamente com a professora Laura Agratti, da Universidade de Mar del Plata, Argentina, e com o professor Geraldo Balduino Horn (por vídeo conferência), da Universidade Federal do Paraná.

Naquela ocasião, apresentei este texto na referida mesa temática com o objetivo de descrever, ainda de modo inicial, um certo percurso da constituição da didática da filosofia no Brasil e identificar os modos como a relação entre a Filosofia e seu Ensino foi se constituindo, tendo por base as condições que permitiram sua emergência. Em grande medida, minha inspiração para construir uma tipologia ou caracterização de tais relações, que culminam em uma perspectiva didática específica, foram dois artigos da professora Laura Agratti, que nomearei mais adiante.

De modo geral, a didática da filosofia pode ser concebida como saber, como disciplina e/ou como indicações práticas para o ensino da filosofia na escola básica. Por sua vez, a expressão *ensino de filosofia* tem despontado com força no discurso filosófico-educacional brasileiro, nas últimas décadas. É desde a percepção destes elementos que fiz a seguinte indagação: *didática da filosofia* e *ensino de filosofia* são expressões que têm o mesmo significado? Em caso negativo, quais seriam as possíveis aproximações e os possíveis distanciamentos a serem apontados?

Como um primeiro movimento de resposta, indico que ensino de filosofia é um campo (epistêmico) de saber amplo e complexo. Abriga em seu interior vários temas e problemas, que ao longo das últimas décadas no Brasil vem se constituindo em objetos de pesquisa, desde a iniciação científica até ao pós-doutorado. Com o acúmulo de resultados importantes daí advindos, uma questão tem sido apresentada pela comunidade filosófico-educacional: não teria chegado o momento da constituição de uma área de conhecimento, no interior das agências de fomento brasileiras, denominada Ensino de Filosofia?²

Por seu turno, a didática da filosofia é um dos temas e problemas que se abriga no espectro do campo epistêmico - ensino de filosofia. No entanto, em meu ponto de vista, muitas vezes é nomeado de modo apressado como seu sinônimo: ensino e didática da filosofia tratariam do mesmo objeto, ou seja, ambos visariam a compreensão dos processos de ensinar filosofia na escola básica. Por um certo tempo, tais distinções conceituais não se faziam necessárias porque a grande preocupação da comunidade filosófico-educacional era com a presença da filosofia no currículo escolar, de modo obrigatório. Com esse objetivo alcançado e a consequente necessidade de reconhecer os desafios e as dificuldades de ensinar

² Patrícia Del Nero Velasco, atual coordenadora do GT Filosofar e Ensinar a Filosofar, com suas pesquisas e atuação incansável, tem apresentado, junto a seus/suas colegas a existência de uma vasta produção sobre ensino de filosofia no Brasil, a qual fortalece o argumento de que temos, então, um campo de conhecimento. Este dado, por sua vez, tem sustentado a reivindicação, desde o GT da ANPOF, junto às agências de fomento (CNPq e CAPES), a criação da Área de Ensino de Filosofia, como subárea da Filosofia. Para mais esclarecimentos índico a leitura do *Manifesto em defesa do Ensino de Filosofia como subárea de pesquisa filosófica*, que consta no link <https://www.anpof.org.br/comunicacoes/noticias-anpof/manifesto-em-defesa-do-ensino-de-filosofia-como-subarea-de-pesquisa-filosofica>.

filosofia em uma escola pública, cada vez mais em processo de democratização, os estudos sobre didática e metodologias emergiram com maior força. Por isso, nas páginas seguintes tomo a didática da filosofia como objeto de descrição e problematização. A apresentarei como um saber filosófico-educacional e, também, como uma disciplina dos cursos de licenciatura em filosofia. E, por fim, apresentarei as orientações didáticas que foram se consolidando.

Da Didática Geral à Didática da Filosofia no Brasil

Os cursos universitários de Filosofia, nos quais eram formados os/as professores/as para atuar no ensino secundário brasileiro, datam da terceira década do século XX, a partir da criação do Estatuto da Universidade Brasileira, de 1931, no governo de Getúlio Vargas. A inovação trazida pelo estatuto referia-se à criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), cujas funções explicitadas no decreto de sua fundação, elaborado por Francisco Campos, eram:

[...] ampliar a cultura no domínio das ciências pura, promover e facilitar a prática das investigações originais, desenvolver e especializar conhecimentos necessários ao exercício do magistério, sistematizar e aperfeiçoar, enfim, a educação técnica e científica para o desempenho profícuo de diversas atividades nacionais (Decreto-Lei n. 19.851, de 11 de abril 1931 *In*: XAVIER, 1931, p. 94).

Foi nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras que passou a ocorrer, pela primeira vez, no Brasil, a formação universitária de professores e professoras para atuarem no ensino secundário. Trata-se de compreender, então, o modo como a didática foi se tornando presença nessa formação universitária que principiava. Pode-se tomar como exemplo o curso de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP), uma das primeiras universidades a levar a cabo o estatuto da universidade brasileira, que tinha por missão principal e primeira formar filósofos. Nela, cursar as disciplinas da formação de professores/as de filosofia dependia do interesse e da escolha dos/as estudantes. Para realizar essa formação, a disciplina de Didática integrou a estrutura universitária vinculada, inicialmente, ao Instituto de Educação, que foi incorporado, mais tarde, à Faculdade de modo a atender ao estatuto, sob o nome de Seção de Educação. Como escreve Elza Nadai, “É na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que o candidato ao magistério de qualquer disciplina ou grupo de disciplinas afins, em escolas secundárias, irá aprender o que ensinar, para aprender como ensinar no Instituto de Educação” (1991, p. 139). Desde o início a divisão foi instalada: os conteúdos que deveriam ser ensinados na escola eram aprendidos na Faculdade de Filosofia e os modos de ensiná-los era tarefa das disciplinas do Instituto de Educação. Instalava-se a histórica separação entre conteúdo e forma na formação de professores e professoras.

A formação dos/as filósofos/as era oferecida pelo Departamento de Filosofia; o/a aluno/a que desejasse também ser professor ou professora da escola secundária teria que frequentar mais um ano do curso de Didática, oferecido pela Seção de Educação, que tinha entre suas disciplinas Didática Geral e Especial. A partir de 1939, a Faculdade Nacional de Filosofia, criada e atrelada à estrutura da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, foi instituída pelo governo federal como o modelo nacional a ser seguido por todas as instituições que tinham como tarefa a formação de professores/as. Os cursos que compunham a Faculdade Nacional de

Filosofia, logo expandida pelo Brasil com o nome de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, pertenciam a diferentes seções: Seção de Filosofia – Curso de Filosofia; Seção de Letras – Curso de Letras Clássicas, de Letras Neolatinas e de Letras Anglo-Germânicas; Seção de Ciências – Curso de Matemática, Curso de Química; Curso de Física; Curso de História Natural; Curso de História e Geografia; Curso de Ciências Sociais; Seção de Pedagogia – Curso de Pedagogia; Seção Especial de Didática – Curso de Didática.

A Didática, como curso e como disciplina universitária, se estruturou já marcada por desprestígio e desvalorização, como descreve Maria Manuela Garcia (1995). As razões que explicam esta condição estariam, segundo a autora, na origem acadêmica de suas professoras: elas eram oriundas da Escola Normal ou dos Institutos de Educação; não tinham formação superior naquele momento e eram mulheres, em sua maioria. Estabeleceu-se, pois, uma distinção no reconhecimento dos profissionais que atuavam nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL): os professores de disciplinas de conteúdo e as professoras de Didática. Outro elemento explicativo de tal desprestígio diz respeito a didática não ser uma área reconhecida como científica naquele momento. “Pela natureza mesma dos seus conteúdos e práticas, pelas dificuldades de delimitação do seu campo de estudos, a identidade da Didática se construía em oposição à ciência” (GARCIA, 1995, p. 84). Seu conteúdo, ministrado nos diferentes cursos de formação de professores/as, reduzia-se, afirma a autora, “[...] não poucas vezes, à prescrição de modelos e de orientações de caráter instrumental e utilitário”. (idem, p. 84). Desta forma, as professoras de Didática, nas primeiras décadas do século XX, não eram nomeadas como especialistas, embora o ensino da disciplina figurasse como necessário na formação universitária de professore/as para a escola secundária. Estavam demarcadas, então, naquele contexto, as disputas pelo reconhecimento dos discursos de docentes responsáveis pelas matérias de conteúdo científico, filosófico e literário, e de docentes responsáveis pelas matérias didático-pedagógicas. Tais disputas atravessaram o século XX e se fazem presentes ainda hoje no cenário universitário brasileiro.

A partir dos anos 1970, segundo Garcia (1995, p. 86), “a Didática e seus agentes conquistaram [...] uma ‘visibilidade acadêmica’ não antes conhecida. Mas uma conquista cujo preço foi sua subserviência a uma racionalidade imposta ‘de fora’”. Com a implementação dos primeiros cursos de pós-graduação e a emergência de estudos sobre Tecnologia Educacional, houve aumento significativo da produção científica da didática, bem como ocorreu a profissionalização de suas professoras e de seus professores. No contexto político da ditadura civil-militar, a didática e a educação, de modo geral, foram vinculadas à ideologia da Segurança Nacional, que colocou sob sua responsabilidade parte do desenvolvimento brasileiro a ser alcançado. Como diz Vera Maria Candau (2004, p. 19), foram estipulados novos currículos e novos métodos de ensino para adequar a educação ao modelo econômico e político instaurado. Nesse período a didática foi concebida como responsável por definir modos de ensino que responderiam aos objetivos instrucionais em vigência; seu conteúdo básico constituiu-se pela “[...] construção de instrumentos de avaliação, diferentes técnicas e recursos didáticos” (Candau, 2004, p. 20). Consolidou-se, pois, uma didática nomeada como tecnicista e instrumental, adjetivo pelo qual ainda hoje é nomeada por muitos professores/as e alunos/as e que veio a consolidá-la como objeto de desconfiança em muitos cursos de licenciatura, acerca de sua importância e necessidade na formação docente.

Designada como um saber geral sobre o ensino, a didática passou a enfrentar, também, disputas internas ao campo com a entrada em cena dos primeiros estudos produzidos pelas didáticas específicas, ou especiais. Lembremos que a expressão *didática especial* já estava presente no ensino superior desde a criação do modelo universitário dos cursos de licenciatura; era uma disciplina do Curso de Didática, juntamente com a Didática Geral. No entanto, não gerava conhecimentos sobre a especificidade dos saberes disciplinares, próprios de cada curso de licenciatura. É somente a partir dos anos 1990, com pesquisas sobre o ensino de conteúdos específicos no ensino fundamental e no segundo grau, no Brasil, que a nomenclatura - *didáticas específicas das disciplinas* assumiu visibilidade significativa no meio acadêmico. Demétrio Delizoicov, em sua tese de doutorado, defendida em 1991 na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, propôs “[...] um modelo didático-pedagógico para o ensino-aprendizagem das Ciências Naturais em nível de 1º e 2º graus” (Delizoicov, 1991, p. 10). Este modelo se tornaria referência para os cursos de formação de professores das disciplinas de Física, Química e Biologia, no Brasil, nas décadas seguintes.

O destaque obtido pelo modelo didático criado por Delizoicov e o posterior crescimento de pesquisas sobre didática específica de ensino de ciências nos serve como mote para perguntarmos sobre o que ocorria, naquele mesmo período, no âmbito do ensino da filosofia. Diferentemente dos cursos de licenciatura pertencentes à área das Ciências Naturais e da Matemática, as questões relativas ao ensino e à aprendizagem da filosofia no Segundo Grau eram praticamente inexistentes. Isso, porque, como nos lembra Celso Favaretto (2013, p. 26), não tivemos, durante muito tempo, “[...] uma experiência de ensino de filosofia no Brasil”, ou seja, não havia interesse pelas questões de ensino e de didática da filosofia, pois as demandas da comunidade filosófica eram outras. Por isso, enquanto avançavam os estudos sobre didática das ciências naturais e da matemática, a comunidade filosófica, preocupada e envolvida com seu ensino, se reunia em eventos regionais e nacionais para lutar pelo retorno obrigatório da disciplina ao currículo escolar. Entre a confiança que se teve de que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, contemplaria a Filosofia como disciplina escolar e a decepção posterior pela sua definição apenas como conteúdo transversal, os anos 1990 movimentaram grande parcela de estudantes e professores/as de filosofia das universidades, que se colocaram na linha de frente para pensar e militar pelo ensino da filosofia na escola pública brasileira.

É apenas após a Lei 11.684, de 02 de julho de 2008, que tornou a filosofia disciplina obrigatória na escola de ensino médio, que a didática da filosofia começa a aparecer como um tema importante no cenário acadêmico brasileiro. Para reforçar esse argumento lembro aqui que o primeiro livro de didática da filosofia, com caráter específico, é o da professora Lídia Maria Rodrigo, de 2009, *Filosofia em sala de aula: teoria e prática para o ensino médio*. Também merece destaque, nesse contexto, a realização do I *Congresso Brasileiro de Professores de Filosofia*, ocorrido no campus da Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP, em novembro de 2000, que trouxe como tema central a didática da filosofia. Na apresentação do livro, resultante do congresso em questão, Gabriele Cornelli, um de seus organizadores, destacou seus objetivos:

[...] explorar, filosoficamente, a didática do ensino de filosofia em seus vários níveis, gerar espaços para troca de experiências entre professores atuantes em

todo o país e explorar novas possibilidades teóricas e metodológicas para pensar e praticar o ensino de filosofia [...] (Cornelli, 2003, p. 9 *In*: Gallo; Cornelli; Danelon, 2003).

Ao enfatizar que a “didática do ensino de filosofia” deveria ser explorada filosoficamente, Cornelli unia sua voz a de outros/as tantos/as colegas que reivindicavam que filósofos/as dos departamentos de Filosofia passassem a considerar o ensino de filosofia com um tema/objeto que lhes pertencia e que não poderia ser relegado apenas aos departamentos de Educação. Clamar para que a didática da filosofia se tornasse filosófica representou, naquele primeiro momento, um movimento mais de cunho político do que epistemológico. Político, porque foi reivindicado aos departamentos e cursos de filosofia a responsabilidade pela formação de professores/as de filosofia. Este discurso de responsabilização, lentamente nos anos seguintes, angariou novas vagas para professores/as nos referidos departamentos, cuja tarefa seria ministrar disciplinas sobre “ensino da filosofia”. Os programas do governo federal, tais como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, PIBID, e o Residência Pedagógica, RP³, foram acolhidos e coordenados por docentes que, em sua maioria, desconheciam a realidade e os estudos sobre escola, currículo e sobre a situação da filosofia como disciplina escolar. Em anos mais recentes, a constituição do Mestrado Profissional em Filosofia, Prof-Filo⁴, que visa trazer para a universidade professores/as de filosofia que atuam nas escolas, também aciona os departamentos de filosofia a se envolverem com questões e disciplinas voltadas ao ensino de filosofia, desde a realidade concreta da escola brasileira. Assim, Cornelli, naquele momento, era porta voz de um novo discurso acerca da relação entre Ensino e Filosofia. Ele afirmava que a partir do ensino de filosofia estava surgindo um novo território para a filosofia, cuja centralidade estaria nas questões de ensino e de didática da filosofia (Cornelli, 2003, p. 9 *apud* Gallo; Cornelli; Danelon, 2003).

Alejandro Cerletti, professor da Universidade de Buenos Aires, referência importante desde a Argentina para os estudos e pesquisas sobre o ensino de filosofia no Brasil, participou do congresso e no livro (Gallo; Cornelli; Danelon, 2003) está a sua conferência, transformada no capítulo *Ensino da filosofia e filosofia do ensino filosófico*. Mais adiante, em 2009 seria publicado e traduzido pela Editora Autêntica o seu livro *Ensino de Filosofia como um problema filosófico*, no qual retoma os argumentos centrais deste capítulo. Em Piracicaba, ao traçar um percurso da didática da filosofia (na Argentina) Alejandro Cerletti se refere aos avanços que haviam ocorrido nos últimos 10 anos, ou seja, na década de 1990. Estava se referindo, pois, a uma mudança fundamental na forma de pensar a didática da filosofia e enfatizava que ensinar a filosofar implicava em um ensino

³ O Programa de Residência Pedagógica foi criado em pela CAPES em 2018, tendo com o um de seus objetivos, “[...] apoiar Instituições de Ensino Superior (IES) na implementação de projetos inovadores que estimulem a articulação entre teoria e prática nos cursos de licenciatura, conduzidos em parceria com as redes públicas de educação básica” (PORTARIA CAPES Nº 38, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2018). O PIBID foi instituído pela CAPES em 2007 com o objetivo de estabelecer uma relação de proximidade entre escola e universidade e fortalecer os cursos de licenciatura, incentivar a carreira docente e a melhoria da educação básica.

⁴ O Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO) é um programa de pós-graduação destinado a ofertar curso de mestrado a professores de filosofia do ensino médio ou fundamental, na modalidade profissional, em rede e com abrangência nacional, com atividades iniciadas em 2017.

filosófico. Ao nos reportarmos um pouco mais detidamente sobre tais avanços, nos deparamos com uma afirmação fundamental:

[...] significa pôr o ponto de partida e o interesse fundamental na filosofia e a partir daí abordar as estratégias de ensino, já que será a filosofia que irá avaliar a pertinência das técnicas de ensino que eventualmente utilizaremos, dos recortes de conteúdos que faremos ou da seleção de recursos que poremos em jogo em nossas aulas.” (Cerletti, 2003, p. 66 *In*: Gallo; Cornelli; Danelon, 2003).

Na relação entre didática e filosofia, a proposição de Cerletti retira a centralidade e a prioridade da didática para a organização da aula. Doravante, será desde a filosofia que se definirá o modo como a aula será pensada e colocada em ação. Esta perspectiva foi primeiramente enunciada por Guillermo Obiols (2002), professor catedrático de didática da filosofia na Universidade de Buenos Aires e também na Universidade de La Plata. Obiols foi o grande responsável pelos estudos e pesquisas sobre ensino de filosofia na Argentina, ou seja, o responsável pela mudança fundamental na forma de pensar a didática da filosofia.

Por ocasião do *VII Encontro do GT Filosofar e Ensinar a Filosofar*, em companhia da professora Laura Agratti, na mesa temática referida anteriormente, pude manifestar a importância das produções de seus colegas argentinos, como Guillermo Obiols, Alejandro Cerletti, Laura Galazzi, bem como de sua própria. Esse grupo de professores/as e pesquisadores/as argentinos/as contribuíram (e seguem contribuindo) para o avanço de nossas discussões e vem nos ajudando a forjar novas perspectivas para o ensino de filosofia no Brasil. Em especial destaque, aqui, duas produções da professora Laura Agratti. A primeira tem o título *Apuntes para pensar un giro copernicano en el enseñar a enseñar filosofía* (2008a), publicado em um livro organizado por Olga Grau e P. Bonzy, A segunda produção resultou de sua conferência, proferida na Universidade de Caxias do Sul, RS, durante o *VIII Simpósio Sul-brasileiro sobre de Ensino de Filosofia: filosofia, formação docente e cidadania*⁵. Trata-se do capítulo *A orientação de fundamento: uma perspectiva problematizadora para a formação de professores em Filosofia* (2008b).

Em meu ponto de vista, esses dois textos, para além de sua riqueza epistemológica, têm um caráter histórico importante. Discorrem sobre as diferentes orientações (Formativas) presentes nos cursos de licenciatura em filosofia, com vistas ao seu ensino na educação básica, no cenário argentino. Ao lê-los e relê-los, ao longo de alguns anos, em determinado momento me perguntei se tais orientações poderiam ser tomadas como inspiração para categorizar os modos como a formação de professores e professoras de filosofia se constituiu e vem ainda se constituindo no cenário brasileiro, colocando em foco a compreensão acerca da didática da filosofia em terras brasileiras. Por isso, na sequência, apresento sucintamente as orientações apresentadas pela professora Laura Agratti (2008b). São elas: orientação didatista; orientação filosófico-didática e orientação de fundamento.

⁵ Entre os anos de 2001 e 2010 era realizado o Simpósio Sul-Brasileiro sobre Ensino de Filosofia, em universidades da Região Sul do Brasil, organizado pelo Fórum Sul de Coordenadores de Cursos de Filosofia, cujo objetivo era “não somente a troca de experiências, mas o adensamento das políticas institucionais voltadas para o crescimento do ensino de Filosofia” (Ribas, 2005, p. 11). Para mais informações sobre o Simpósio e os livros que dele se originaram, consultar a Revista Educar em Revista (Tomazetti, 2012).

A *orientação didatista* dominou a formação de professores até meados da década de 1980 na Argentina. Nela há uma nítida separação entre filosofia e seu ensino; a didática é apenas uma dimensão formal e técnica, sem nenhum vínculo com o saber filosófico. O centro das preocupações acerca do ensino é a escolha “de um conjunto de estratégias metodológicas [...] seleção de materiais e elaboração de atividades específicas [...]” (Agratti, 2008b, p. 182). Desse modo, não há uma didática específica da filosofia, mas apenas o reconhecimento da didática geral, que oferece os dispositivos necessários para a efetivação da aula, tais como: materiais didáticos, estratégias e percursos metodológicos que são independentes de qualquer concepção filosófica que o professor ou a professora tenha.

A *orientação filosófico-didática* se estrutura no seguinte pressuposto: para ensinar filosofia é preciso perguntar onde reside o filosófico de uma aula. E Agratti (2008b, p. 182) indica algumas possibilidades de resposta: “[...] na história da filosofia, ou em seus problemas, ou em seus textos, ou em uma determinada concepção pela qual se poderia ler o conjunto das coisas”. Por conseguinte, haveria diferentes modalidades de ensino de filosofia: modalidade histórica, problemática, histórico-problemática, de leitura e comentário de textos ou doutrinas. Segundo a autora, tais modalidades poderiam ser abrigadas em duas concepções abrangentes acerca da filosofia: quando filosofia é substantivo e quando filosofia se faz verbo – filosofar. Nesse caso as definições didáticas e metodológicas da aula não são apenas uma escolha qualquer do/a professor/a de filosofia, mas estão diretamente vinculadas à sua compreensão de filosofia e o lugar que nela assume como filósofo/a – professor/a. Assim, na relação entre filosofia e seu ensino, a filosofia assume centralidade e “[...] as configurações didáticas ficam relegadas a um segundo plano” (Agratti, 2008b, p. 183). Trata-se, por fim, de “[...] alcançar uma congruência entre nossa forma de conceber a filosofia e a maneira de ensiná-la”.

Por fim, a última orientação é denominada *orientação de fundamento*. A autora se estende na sua apresentação e logo vamos percebendo que se trata de uma orientação que vai além problematização acerca da relação filosofia e seu ensino e de sua interface com as questões didáticas, como nas duas orientações anteriores. Agratti afirma que “[...] com base nessa terceira orientação que acredito, se poderia construir uma disciplina filosófica com temas e desenvolvimentos próprios de uma Filosofia do Ensino da Filosofia” (2008b, p.183). Temos, assim, um elemento novo: uma disciplina filosófica que trataria de tudo o que se referisse ao seu ensino, desde uma perspectiva filosófica. Uma atitude ambiciosa, escreve Agratti (2008b, p. 184), mas que poderia “ser condição de possibilidade para a configuração de uma área específica de reflexão filosófica em torno de seu próprio ensino”.

Na sequência de seu texto nos deparamos com uma reflexão sobre a orientação de fundamento na formação de professores/as de filosofia. Ela aponta para os problemas bastante comuns nos cursos de licenciatura em filosofia. Um deles diz respeito à formação sustentada na transmissão do conteúdo filosófico, sem o exercício do filosofar, ou como diz a autora, sem a filosofia ser posta em ação. E mais: “O aluno praticante [durante o curso, pode-se entender] não teve espaço para interrogar filosoficamente o ensinar, a aprendizagem, a explicação, a experiência, a prática” (Agratti, 2008b, p. 189). Por fim, somos conduzidos a compreender a orientação de fundamento como um modo de conceber e praticar o currículo do curso de filosofia. Seria de responsabilidade de todos/as os/as docentes o enfrentamento filosófico das questões acerca do ensinar filosofia, mas

mais que isso, o próprio ensino praticado no curso deveria ser a expressão de uma filosofia problematizadora, que acolhe a realidade como problema filosófico, também. Uma filosofia do ensino da filosofia seria não apenas uma disciplina, mas um exercício realizado conjuntamente por todas as outras disciplinas do curso. Certamente que ainda necessitamos avançar no entendimento de tais ideias, mas desde já é necessário afirmar que a expressão *filosofia do ensino de filosofia* tem funcionado como um enunciado importante no discurso do ensino de filosofia brasileiro atual. Avançaremos nessa questão na sequência.

Didática da Filosofia: orientações formativas no Brasil

Como já anunciado páginas atrás, os estudos da professora Laura Agratti (2008a; 2008b) me permitiram adentrar em nossa história da educação e escavar os modos constituídos de ensinar a ensinar filosofia no Brasil. Por isso, nas páginas que seguem, ainda de modo inicial, busco apresentar e explorar as condições que possibilitaram a emergência das orientações que moldaram, em determinado tempo, as relações entre a filosofia e seu ensino. Assim, não apenas descrevo tais orientações, mas procuro indicar algumas condições históricas, sociais e culturais, as proveniências, que permitiram a sua emergência.

Orientação Didatista: relação dualista entre Filosofia e Didática

A orientação didatista emergiu a partir da organização do sistema universitário brasileiro, nos anos de 1930, que previu a criação dos primeiros cursos de licenciatura com vista à formação de professores/as para o ensino secundário. Tais cursos eram reunidos nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, e foram responsáveis pela formação nos conteúdos específicos, em nosso caso, os conteúdos da Filosofia. No entanto, para ser professor/a, a nascente estrutura universitária indicava a necessidade de uma formação em dois momentos: o primeiro em conteúdos específicos e o segundo em conteúdos didáticos e pedagógicos. De modo geral, esse segundo momento da formação era considerado apenas como um apêndice da formação específica, ou seja, da formação do/a estudioso/a e pesquisador/a em Filosofia. Tal formação foi nomeada desde então como o modelo (esquema) 3+1: três anos de formação específica e um ano de formação didático-pedagógica. Vejamos como a professora Maria de Lourdes Fávero (1989, p. 12) o caracteriza:

Do final dos anos 30 até o início dos anos 60, a formação de professores era feita segundo o tão criticado esquema 3+1, como passou a ser conhecido. Segundo esta orientação, o aluno, ao concluir o curso de bacharelado e pretender se dedicar ao magistério secundário, tem de seguir uma via: o curso de didática. Esta proposta de organização curricular deixa fluir nitidamente a idéia de ‘superposição de cursos’, como mostra Valnir Chagas, ao afirmar: “os elementos de conteúdo e método se tratavam separadamente, como se um não fosse em grande parte função do outro na perspectiva do magistério”.

Na citação acima, podemos destacar alguns pontos que indicam a vigência de uma *orientação didatista* nos cursos de licenciatura no Brasil, em nosso caso, nos cursos de filosofia. Primeiro, uma formação docente realizada em dois momentos, com prioridade para a parte focada na especificidade disciplinar. E o

segundo ponto, vinculado a este e expresso na crítica da autora, de que a didática da disciplina era um elemento que a ela se anexava, apenas como uma técnica procedimental a ser executada. Como já mencionado na primeira seção deste artigo, o saber didático, situado na disciplina Didática, levou bastante tempo, desde esse início, para ser reconhecido como um saber científico, digno de compor o rol de saberes e disciplinas universitárias.

Tais condições institucionais forjaram um modo de formar professores e professoras de filosofia, que se estendeu até os anos 1960. Nesse período os estudos sobre didática especial de filosofia foram praticamente inexistentes. A referência aos procedimentos indicados por uma didática geral era suficiente para a atuação do/a professor/a de filosofia na escola básica. Por vezes, nem mesmo a importância da didática geral era reconhecida, pois ganhava livre circulação discursiva o *slogan: para ser professor/a de filosofia basta saber filosofia*. Por fim, cabe afirmar que esse período foi representativo de relações entre Filosofia e Didática alicerçadas de modo hierárquico, no qual o saber didático foi sempre um apêndice, que poderia ser recusado sem danos ao exercício docente.

Orientação Filosófico-Didática: desde a filosofia uma didática

Esta segunda orientação começa muito lentamente a se constituir, no Brasil, com a reforma universitária (1968). Os cursos de licenciatura foram instalados em centros específicos de conhecimentos e a formação didática e pedagógica ficou sob responsabilidade das Faculdades de Educação. No entanto, é possível afirmar que apenas do ponto de vista formal o modelo (esquema) 3+1 foi extinto das universidades brasileiras. Formalmente, todas as disciplinas de caráter pedagógico foram agrupadas na matriz curricular do curso, obedecendo a períodos/semestres específicos para serem lecionadas. De modo geral, extinguiu-se a estrutura anterior: primeiro curso de bacharelado em uma área específica, e, depois, se houvesse interesse na docência se buscava a formação de um ano em Didática. Embora, em tais modificações, os/as professores/as responsáveis pela Didática Geral e Didática Específica permanecessem longe dos departamentos de filosofia. Assim, a formação continuou dualista, não havendo comunicação entre conteúdos específicos (filosofia) e conteúdos didáticos e pedagógicos.

No caso específico dos cursos filosofia, entre os anos 1970 e início dos anos 2000, a comunidade filosófica lutou pela volta da filosofia ao ensino de Segundo Grau. Lembremos que a Lei 5.692, de 1971, incluiu disciplinas que visavam atender a ideologia da segurança nacional para sustentar a ditadura civil-militar que engolfava o Brasil desde 1964. A filosofia foi deixada como um resquício, como um saber inútil para a formação da juventude.

Na primeira metade dos anos 1980 foi permitido por lei que a filosofia retornasse à escola como disciplina opcional⁶. Por isso, professores e professoras de Filosofia, de diferentes universidades, começaram a reivindicar o retorno obrigatório da disciplina: em textos, encontros, seminários e agendas políticas. No entanto, é possível afirmar que a maioria dos cursos de licenciatura em filosofia seguiram formando professores e professoras nos moldes de cursos de

⁶ A filosofia foi considerada parte das disciplinas do núcleo diversificado do currículo do Segundo Grau pelo Parecer 7.044, de 1982, do Conselho Federal de Educação nos 1980. Deste modo, ficou sob a responsabilidade dos Conselhos Estaduais de Educação a definição da entrada e permanência da filosofia no currículo.

bacharelado; é muito familiar a todos/as nós a expressão: *curso de licenciatura como um bacharelado*. Suas práticas curriculares ficaram, pois, durante muito tempo imunes às questões do ensino de filosofia no Segundo Grau, posteriormente, Ensino Médio. Imperava em seu interior o objetivo de formar futuros/as pesquisadores/as em filosofia para fortalecer seus cursos de mestrado e doutorado, em expansão. No entanto, duas preocupações eram recorrentes entre aqueles/as que lutavam pela volta da filosofia ao currículo: primeiro, se a filosofia não era ensinada na escola, de onde viriam os/as futuros/as estudantes do curso e posteriores pesquisadores/as? E, em segundo, as reivindicações pelo retorno da filosofia à escola era um modo de indagar os próprios cursos de filosofia sobre seu compromisso ético e político acerca da formação de professores/as que ofereciam.

As indicações acima demarcam as condições que lentamente permitiram que o ensino de filosofia se tornasse uma questão importante para os cursos de licenciatura, por mais estranho que tal afirmação possa parecer⁷ e, por conseguinte nos permite perceber o lento aparecimento da Orientação Filosófico-Didática. Especialmente a partir do final dos anos 1990, é possível constatar um movimento de reconhecimento da importância de questões acerca do ensino da filosofia, fruto do trabalho de professores e professoras atuantes no campo da Filosofia da Educação⁸. Outro acontecimento fundamental foi a criação, no ano de 2006, do *GT Filosofar e Ensinar a Filosofar*. O uso do verbo filosofar e não do substantivo Filosofia para denominar o nome do GT indicava a ruptura com um modo de ensino de filosofia que fez tradição nas salas de aula brasileiras. Também merece destaque a criação de Grupos de Pesquisa, inscritos no CNPq, cujo objeto de investigação era o ensino de filosofia. Embora ainda em número pequeno, era objeto de otimismo o fato que em 2009 estivessem cadastrados no CNPq treze (13) Grupos de Pesquisa sobre o tema⁹.

A partir de 2008, com a normativa que, finalmente, depois de muitos anos, demarcava a obrigatoriedade da filosofia como disciplina escolar, as relações de proximidade (mas também, ainda, de tensionamento) entre filosofia e ensino foram sendo reconhecidas pela comunidade filosófica. Assim, gradativamente o ensino foi sendo assumido como um problema dos cursos de filosofia e de seus professores e professoras. A didática da filosofia passava, então, a assumir um caráter filosófico. A expressão *didática filosófica* finalmente significava o reconhecimento de que todo e qualquer procedimento, técnica ou material didático escolhido para a aula é tributário da compreensão de filosofia que cada professor/a manifesta.

Embora os recuos e retrocessos trazidos pela Reforma do Ensino Médio e pela definição da BNCC-EM, entre os anos de 2017 e 2018, os cursos de licenciatura não recuaram na compreensão de uma didática filosófica, mesmo com muitas dificuldades e, por vezes, incoerências com a organização curricular em ação. Esta situação, em grande parte, considero que se deve ao grande número de publicações e pesquisas sobre o tema, sobre questões acerca do ensinar e aprender filosofia na escola pública contemporânea. Esse acervo que a cada ano se amplia no Brasil, tem conduzido uma parte significativa da comunidade filosófica a reivindicar o

⁷ A estranheza mencionada tem tom jocoso porque visa manifestar o absurdo de um curso com o objetivo de formar professores e professoras não assumir essa tarefa de modo sério e comprometido.

⁸ No geral, tais professores/as tinham formação inicial em Filosofia, mas mestrado e/ou doutorado em Educação e, por isso, sua atuação se deu desde um departamento e/ou um Programa de Pós-Graduação em Educação.

⁹ Cf. Gelamo, 2009.

reconhecimento de uma área no âmbito das agências de pesquisa brasileiras – área de Ensino de Filosofia.

À guisa de conclusão: Orientação de Fundamento, Filosofia do Ensino de Filosofia

Tratar da última orientação nesta seção, que finaliza o presente artigo, foi uma escolha cuja justificativa é a seguinte: o desdobramento da orientação de fundamento para uma disciplina denominada *filosofia do ensino de filosofia*, como destaca Laura Agratti (2008b), nos remete a algumas ponderações. A primeira diz respeito ao título do livro, resultado do *I Congresso Brasileiro de Professores de Filosofia*, ocorrido em Piracicaba no ano 2000, já referido anteriormente. O congresso teve como objetivo pensar sobre o ensino de filosofia e mais especificamente sobre didática da filosofia, mas não qualquer didática - uma didática filosófica, que acabou sendo nomeada, naquele momento, como uma disciplina - Filosofia do Ensino de Filosofia. Nesse caso, em total consonância com a perspectiva de Agratti (2008b). No entanto, mais que uma disciplina, a orientação de fundamento é também apresentada como um modo de conceber e praticar o currículo do curso de filosofia, cuja responsabilidade é de todos/as os/as seus/suas docentes, como já explicitado anteriormente.

Já no Brasil, Filosofia do Ensino de Filosofia tem sido nomeada de diferentes modos: como disciplina (alguns cursos de licenciatura em filosofia têm em seu currículo disciplina com este nome); como área de conhecimento (uma forma de distinguir e ressaltar que o ensino de filosofia tem uma epistemologia filosófica); como didática filosófica (porque transforma o ensino de filosofia em um problema filosófico). Temos, assim, uma expressão que assume diferentes sentidos, mesmo que não se oponham ou se contradigam, pois têm relação de familiaridade.

Quando retomamos às duas primeiras orientações, indicadas por Laura Agratti (2008b), percebemos que dizem respeito à relação entre Filosofia e Didática, entre Filosofia e seu Ensino e que delas decorrem modos de ação docente bem determinados. No caso da última, a orientação de fundamento, não se tem a mesma percepção; somos remetidos a outros elementos: à uma disciplina, a um fundamento filosófico que deveria orientar todas as práticas do curso de filosofia, ou seja se fazer presente nas aulas de todas as disciplinas. O caso particular indicado pela autora pode nos ajudar a compor uma compreensão mais adequada. Sua referência é a perspectiva filosófica de Deleuze, seu modo de conceber a História da Filosofia – como resultante de problemas que foram sendo produzidos pelos/as filósofos/as. Indica as perguntas como geradoras da filosofia. Vejamos como descreve tal perspectiva:

[...] somente estaremos em condições de referir alguma coisa, de modo pessoal e próprio, se, e somente, formos capazes de abonar a arte de construir um problema. Precisamos, como fazedores de perguntas, nos permitir tomar elementos daqui e dali. Este aqui e ali parece ser nosso contexto, o que nos circunda, nossa atualidade (Agratti, 2008b, p. 185).

Nesse caso, podemos pensar que a orientação de fundamento tem por pressuposto que a filosofia é criação de problemas e, por conseguinte, criação de conceitos. E, por isso, o modo como se ensina filosofia deve manifestar tal prática filosófica, seja no ensino superior, seja na escola básica, pois “[...] aquele que ensina

é, assim, um construtor, um fazedor, um criador que exerce a crítica e levanta os problemas de se tempo quando ensina” (idem, p. 186). Assim, o modo de ensinar filosofia, uma didática da filosofia, seria a própria prática filosófica colocada em ação, nomeada, então, como uma filosofia do ensino de filosofia. O fundamento para a prática filosófica, para seu ensino, é, neste caso, a filosofia de Deleuze, mas pode-se inferir, que talvez a autora possa nos dizer que poderia ser qualquer filosofia. Assim, seria possível afirmar, então, que a filosofia é sua própria didática. Com essa afirmação, é hora de finalizar porque necessitamos de tempo e atenção para problematizá-la na interface com os estudos de possíveis didáticas da filosofia ou didáticas filosóficas.

Referências

AGRATTI, Laura. Apuntes para pensar un giro copernicano en el enseñar a enseñar filosofía. In: GRAU, Olga; BONZY, P. (Org.). **Grafias filosóficas**. Problemas actuales. Universidad del Chile: UNESCO, 2008a.

AGRATTI, Laura. A orientação de fundamento: uma perspectiva problematizadora para a formação de professores de filosofia. In: KUIAVA, Evaldo Antônio; SANGALLI, Idalgo José; CARBONARA, Vanderlei (Org.). **Filosofia, formação docente e cidadania**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2008b.

CANDAU, Vera Maria (Org.). **A didática em questão**. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

CERLETTI, Alejandro. **O ensino de filosofia como problema filosófico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CERLETTI, Alejandro. Ensino da filosofia e filosofia do ensino filosófico. In: GALLO, Sílvio; CORNELLI, Gabriele; DANELON, Márcio (Org.). **Filosofia do ensino de filosofia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

DELIZOICOV, Demétrio. **Conhecimento, tensões e transições**. 1991. 214 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

FAVARETTO, Celso. A filosofia e seu ensino: entrevista com Celso Favaretto (com Marcelo Carvalho). In: CARVALHO, Marcelo; CORNELLI, Gabriele (Org.). **Ensinar Filosofia**. Vol. 2. Cuiabá: Central do Texto, 2013.

FÁVERO, Maria de Lourdes (Coord.). **Faculdade Nacional de Filosofia: caminhos e descaminhos**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/INEP, 1989. V. 4.

GALAZZI, Laura. ¿Es posible una didáctica de la filosofía inmanente? In: PULIDO CORTÉS, Óscar; ESPINEL BERNAL, Óscar Orlando; GÓMEZ MENDOZA, Miguel Ángel (Org.). **Filosofía y enseñanza: miradas em Iberoamérica**. Tunja: Editorial UPTC, 2018. 362 p.

GALLO, Sílvio. **Metodologia do ensino de filosofia: uma didática para o ensino médio**. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

GALLO, Sílvio; CORNELLI, Gabriele; DANELON, Márcio (Org.). **Filosofia do Ensino de Filosofia**. Petrópolis: Vozes, 2003.

GARCIA, Maria Manuela Alves. O campo da didática no ensino superior: um enfoque sócio-histórico. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 1, p. 73-91, jan./-jun. 1995.

GELAMO, Rodrigo Peloso. **O ensino da filosofia no limiar da contemporaneidade**: o que faz um filósofo quando seu ofício é ser professor de filosofia? São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

OBIOLS, Guillermo. **Uma introdução ao ensino da filosofia**. Tradução de Silvio Gallo. Ijuí: Editora da Unijuí, 2002.

RIBAS, Maria Alice *et all.* (Org.). **Filosofia e ensino**: filosofia na escola. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2005.

RODRIGO, Lídia Maria. **Filosofia em sala de aula**: teoria e prática para o ensino médio. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

TOMAZETTI, Elisete Medianeira. Produção discursiva sobre ensino e aprendizagem filosófica. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 46, out./dez. 2012.

VELASCO, Patrícia Del Nero. O estatuto epistemológico do Ensino de Filosofia: uma discussão da área a partir de seus autores e autoras. *In: Pro-Posições*, Campinas, SP, v. 33, e20200018, 2022.

Recebido em: 03/2024

Aprovado em: 05/2024